



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

ATA DA REUNIÃO GERAL
DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos VINTE E CINCO de AGOSTO de 2022, às dezessete horas, aconteceu reunião virtual (via Google Meet). COMPOSIÇÃO DA MESA: André Sardão, presidência da mesa. Presença da Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01/02/2021 e posse realizada de modo virtual em 16/03/2021, bem como do Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Segurança Urbana, e de Cultura.

Primeiramente, tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Informe sobre o Telecentro no Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont

O secretário executivo Reginaldo Machado informou que se trata de um equipamento da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, não cabendo à Coordenação falar sobre um serviço que não é seu. O presidente André Sardão explicou que o Conselho solicita ser informado sobre pautas relacionadas com o tema LGBTI+ e ressaltou que, apesar de estar vinculado à Coordenação, o Conselho deve também ser informado sobre pautas de outras pastas.

2. Informe sobre a reunião com a SPTrans e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

O presidente André Sardão disse que durante a reunião, com base nos dados sobre denúncias de LGBTfobia no transporte público, foi pautada principalmente uma campanha de combate à LGBTfobia. O Conselho questionou também se haviam cursos, ao que a SPTrans informou que os funcionários das empresas de transporte participam do curso "Viagem Segura", que trata de diversidade. O Conselho sugeriu que o curso fosse estendido aos seguranças dos terminais e que os próprios funcionários da SPTrans também passem por uma sensibilização. Sobre esta última sugestão, a SPTrans irá estabelecer um convênio para realização do curso. Além disso, o Conselho cobrou a campanha de combate à LGBTfobia nos ônibus e a divulgação do canal de denúncias de LGBTfobia 156. A SPTrans concordou e solicitou a ajuda do Conselho no desenvolvimento do material. O Conselho também cobrou o retorno dos casos de denúncias de LGBTfobia registrados na Ouvidoria da SPTrans, como o da conselheira Aisha Cristiane e do conselheiro Gil Santos. Outro ponto abordado foi a empregabilidade de pessoas trans na SPTrans. O presidente André Sardão solicitou um posicionamento



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

sobre a reunião com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, ao que o secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que enviou um novo e-mail na última segunda-feira e que foi orientado a enviar novamente no final do mês.

3. Informe sobre o encerramento do GT de Juventude

O presidente André Sardão informou que o GT Juventude foi encerrado.

4. Criação do GT Eleições

O presidente André Sardão disse que parte do trabalho do Conselho é organizar as eleições, por isso indicou para participarem o conselheiro Renato Monteiro, o suplente Alexandre Serdeira e a conselheira Aisha Cristiane, que aceitaram. O suplente Alexandre Serdeira perguntou do que exatamente se trata o GT, ao que o presidente André Sardão explicou que serve para debater todas as questões relacionadas com a próxima eleição. O suplente Alexandre Serdeira perguntou então se haveria possibilidade de reeleição, ao que o conselheiro Renato Monteiro respondeu que isso ainda não foi pautado e que, dada o pouco tempo hábil, já era necessário começar a planejar as eleições.

5. Aprovação da ata da reunião de 28 de julho de 2022

A ata da reunião de 28 de julho de 2022 foi aprovada pela maioria dos(as) conselheiros(as) presentes.

Antes do fim da reunião, o suplente Alexandre Serdeira disse que havia entendido na última reunião que o combate à LGBTfobia já seria pautado na edição de agosto do jornal do ônibus, mas nessa reunião foi mencionado que só seria no início do próximo ano, por isso questionou ao secretário executivo Reginaldo Machado se havia entendido errado. O secretário executivo Reginaldo Machado explicou então a diferença entre os cartazes, que foram expostos nos ônibus, e o jornal do ônibus, distribuído trimestralmente.

A conselheira Aisha Cristiane sugeriu que o Conselho solicite ao Ministério Público uma providência em relação ao nome social nos órgãos estaduais, pois segundo ela há muitos hospitais que não estão respeitando o nome social de pessoas trans. A conselheira Tania Regina questionou se ela estava se referindo a hospitais municipais ou estaduais, ao que a conselheira Aisha Cristiane disse que existem em casos em ambos os tipos de hospitais. A conselheira Tania Regina explicou que no município de São Paulo existem três laboratórios que atendem toda a rede de saúde municipal e que não possuem contato direto com o SIGA, então o nome que constará no exame laboratorial será o mesmo que consta quando do envio pela unidade. A conselheira Tania Regina informou que, como

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

existem muitas reclamações sobre isso, existe uma iniciativa para integração dos laboratórios com o SIGA. A conselheira Aisha Cristiane perguntou se o SIGA é também utilizado pelos CRT, ao que a conselheira Tania Regina respondeu que, por serem equipamentos estaduais, utilizam outro sistema. A conselheira Aisha Cristiane expôs também que sendo um centro de referência, onde há o primeiro ambulatório, deveria ser também o primeiro lugar a respeitar o nome social, o que não acontece, e que inclusive os próprios funcionários não tratam com respeito as pessoas trans. A conselheira Adriana Silva confirmou que os atendentes de fato não respeitam o nome social. O suplente Alexandre Serdeira disse que muitas vezes existe divergência entre os funcionários públicos e os terceirizados, o que para ele pode ser um dos fatores que geram o mau atendimento.

APROVAÇÃO DA ATA

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas: Bárbara Quenca
- b) Segmento de Gays: André Henrique
- c) Segmento de Mulheres Bissexuais:
- d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão
- e) Segmento de Mulheres Travestis:
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane
- g) Segmento de Homens transexuais: Gil Santos
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania:
- b) Secretaria Municipal da Saúde: Tania Regina
- c) Secretaria Municipal de Habitação
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana: Angelica Regina Rocha
- e) Secretaria Municipal de Cultura:
- g) Secretaria Municipal de Educação:
- h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo: